

IDENTIDADES NACIONAIS E CULTURA POPULAR NA HISTORIOGRAFIA DE AFONSO ARINOS

Alessandra Soares Santos¹

Falar de Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), segundo Pedro Nava, é abordar um “poliedro humano”². As inúmeras faces deste dublê de político e intelectual de fato comprovam a afirmativa de seu amigo. Afonso Arinos se destacou no cenário político brasileiro como deputado, senador, ministro das Relações Exteriores, embaixador e constitucionalista e, ainda, manteve uma vasta produção intelectual no campo da história, do direito, da crítica literária, da poesia, do ensaio, da memória e da biografia. Procuramos colocar em relevo neste artigo o “Afonso Arinos historiador”, um personagem ainda pouco estudado, mas que publicou mais de vinte obras de história e obteve reconhecimento como historiador em sua época.

Como parlamentar nas décadas de 1940 e 1950, ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros, embaixador, senador e constitucionalista, Afonso Arinos se celebrizou como “o defensor da Constituição”, como “o inimigo dos preconceitos de cor”, como “o último dos liberais”, como “o grande humanista”, como “o constitucionalista liberal-progressista”, como “o paladino dos valores da democracia”³. A construção do liberalismo político brasileiro esteve frequentemente associada ao seu nome. Entretanto, existe um desconhecimento do pensamento histórico de Afonso Arinos pela produção acadêmica, da sua atitude perante a história e da sua compreensão do processo histórico brasileiro. A bibliografia sobre a sua historiografia não só é escassa, como houve uma tendência entre os comentadores de suas obras a estender a imagem do político à sua produção historiográfica. Ele foi visto como “o intelectual moderno de molde clássico”, como “um verdadeiro humanista”, como “um fiel seguidor dos princípios liberais e democráticos”⁴.

Mas antes de começar sua carreira política, na década de 1940, Afonso Arinos publicou uma série de ensaios históricos que inseriu seu nome entre as referências intelectuais dos anos 1930. Posteriormente, ele considerou estas suas publicações superficiais, arbitrárias, carentes de método científico e as rotulou de “mediocre literatura”⁵. É que nelas o autor flertou com o racismo e o nazismo, demonstrando

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-Mail: <alessandrassantos@hotmail.com>.

² NAVA, Pedro. “Afonso”. In: CAMARGO, Aspásia *et alli*. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1983.

³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Afonso Arinos na UnB: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981*. Brasília: UnB, 1981.

⁴ CAVALCANTE, Berenice. “De volta para o futuro: história e política em Afonso Arinos”. *Varia História*, Belo Horizonte, PPGHIS-UFMG, n. 28, 2002, p. 161-177. BONAVIDES, Paulo. “Afonso Arinos de Melo Franco, um liberal da segunda metade do século XX”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará*, Fortaleza, vol. 31, n. 1, 1990, p. 75-83. VENÂNCIO FILHO, Alberto. “A historiografia republicana e a contribuição de Afonso Arinos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 3, n. 6, 1990, p. 151-160.

⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias (formação e mocidade)*. Rio de

um despreço profundo pela cultura brasileira, pelo liberalismo, pela República e pela democracia. Suas reflexões juvenis, entretanto, compõem uma parte importante do diálogo historiográfico e político travado naquele momento, pois nelas Afonso Arinos tanto atualizou as tradições discursivas do racionalismo iluminista advindas da passagem do século XIX ao XX, quanto endossou o forte ecletismo epistemológico do ensaísmo brasileiro da década de 1930 a partir de suas leituras de autores alemães.

Propomos uma análise da tríade de interpretação histórica publicada por Afonso Arinos na década de 1930 – *Introdução à realidade brasileira* (1933), *Preparação ao nacionalismo* (1934) e *Conceito de civilização brasileira* (1936) –, tendo em vista a sua interpretação do processo histórico e da constituição da nacionalidade brasileira. Estas obras tornam mais complexas as interpretações de seu pensamento histórico e de seu discurso democrático e liberal, revelando suas ambiguidades, bem como expressam a face reacionária, autoritária, antissemítica e racista pouco conhecida deste autor.

Autoritarismo e antissemitismo na radiografia da realidade brasileira

A década de 1930 foi um momento chave para a reflexão sobre as possibilidades e os limites da consolidação da nacionalidade brasileira, pois revelou o agravamento dos impasses e das contradições sociais e culturais do país. O Estado brasileiro viveu um momento de reorganização de suas instituições e tentou consolidar uma nova realidade social, mais complexa, urbana e industrial. No horizonte imediato da elite dirigente e intelectual era possível contemplar o progresso, mas, ao mesmo tempo, permanecia uma visão depreciativa das massas nacionais como entraves ao desenvolvimento do país. Vários intelectuais contribuíram para a ressignificação dos conceitos de povo, raça, cultura, civilização, Estado, progresso, modernização etc., reposicionando seus focos de análise em direção ao índio e ao negro.

O ensaio foi a forma privilegiada por estes intelectuais para a manifestação dos modelos de alteridade social e dos diagnósticos sobre as massas nacionais desde o final do século XIX. Os ensaístas estabeleceram vínculos mais explícitos com o seu tempo através dos recortes originais que fizeram no campo da experiência brasileira e da articulação que promoveram entre esse passado e os horizontes de expectativas do presente. A crítica social que se exercia livremente através do gênero ensaístico, entretanto, parece não ter abandonado a busca da imparcialidade, da verdade e da objetividade da prática historiográfica. Havia uma clara tentativa de articular os aspectos críticos do método histórico a esta forma específica de se escrever história.

Afonso Arinos compartilhou desta estratégia discursiva em seus ensaios da década de 1930. Ele afirmava que a sua linguagem era “a simples linguagem da observação desapassionada, que não mente, e da crítica histórica, que não imagina nem devaneia”⁶ e se considerava capaz de estudar o Brasil com imparcialidade e neutralidade, de não transformar suas “verdades científicas” em “verdades

Janeiro: José Olympio, 1961.

⁶ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Preparação ao nacionalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p. 144.

políticas”, de se sobrepor às suas próprias paixões e interesses. Afeito à vertente do racionalismo iluminista, ele acreditava que se mantinha distante do seu objeto, apreendendo-o tal como era:

*Colocando-me fora da zona de influência dos meus próprios sentimentos e convicções, procurei, apenas, olhar o Brasil com olhos lúcidos, recolhendo da lição do passado e da experiência do presente, elementos para induzir o futuro. Concatenei dados existentes, a vista de todo mundo. Tirei deles conclusões imperativas, para uso dos intelectuais da minha geração.*⁷

Mas em seus diagnósticos da realidade brasileira publicados na década de 1930, por trás do caráter racional, da crítica do método e da defesa da imparcialidade que ele se esforçava para imprimir em sua obra, estava a defesa de determinados valores que precisariam ser preservados nas ações decorrentes de suas conclusões. O discurso conservador e as orientações morais de seu trabalho acompanharam a tentativa de se inscrever na concepção de uma moderna historiografia.

Em *Introdução à realidade brasileira*, o autor identificou a “desordem” social do país com a frequência de greves, com as manifestações de rua, com os choques entre grupos políticos antagônicos e com as constantes reivindicações das massas que caracterizaram a primeira metade da década de 1930. Segundo Afonso Arinos, “essas lutas só são inerentes às falsas democracias, onde se burlam grosseiramente os princípios aplicáveis ao ideal democrático”⁸. Mas a “democracia” reivindicada por ele era aquela que caracterizava o próprio discurso autoritário dos anos 1930, ou seja, a que considerava o embate das ideias, o conflito ideológico como uma ameaça à ordem e, portanto, como antidemocrática. Sua explicação para as causas daquela agitação era o empobrecimento progressivo do poder de repressão da autoridade pública devido à fraqueza do regime ditatorial. Para conter aquela “baderna”, Afonso Arinos engrossou o coro de um grupo de intelectuais que defendeu o princípio da “autoridade de mando das elites” como pilar em torno do qual a nacionalidade brasileira deveria ser erguida. Discurso este que, poucos anos depois, legitimou a imposição do Estado Novo por Getúlio Vargas.

Em *Preparação ao nacionalismo*, um novo golpe contra a democracia foi desferido: ela foi incluída entre as doutrinas internacionalistas supostamente herdadas da “raça hebraica” para conquistar o poder econômico, intelectual, cultural e político do mundo. O viés antissemita apareceu tanto em seu discurso supostamente científico, quanto no ataque direto aos judeus. De fato, na pedagogia antissemita era comum uma introdução na qual os autores declaravam que não eram contra os judeus e Afonso Arinos não fugiu à regra:

Encaro o problema judeu como um fato, isto é, por uma forma puramente objetiva [...]. Não sou contra os judeus. Sou a favor das ideias. O fenômeno judeu entra aqui como

⁷ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 60.

⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933, p. 228.

*pura base de raciocínio, um elemento colaborador na explicação racional de certas doutrinas [...]. Serenamente, honestamente, intelectualmente, sem nenhum objetivo político preconcebido, eu me filio aos que consideram o movimento das doutrinas internacionalistas como uma consequência natural da atividade hebraica no campo das ideias políticas.*⁹

Ao traçar o perfil de vários personagens históricos judeus, entretanto, seu preconceito se expressou sem rodeios. Ele considerou o povo judeu fraco, preguiçoso, sanguinário, charlatão, paranóico, covarde, instável, detentor de uma “alma atormentada” e de um complexo de inferioridade por trás do sentimento de “raça eleita”.

Esta obra se tornou uma grande referência do antissemitismo brasileiro da década de 1930, tendo sido bastante lida e citada pelo movimento integralista¹⁰. Provavelmente influenciado pelos intelectuais que se reuniam na Livraria Católica, no Rio de Janeiro (grupo do qual participava também Gilberto Freyre), Afonso Arinos atualizou todos os estereótipos antissemitas vigentes. Seu léxico incluía as expressões do antissemitismo tradicional religioso e do antissemitismo moderno, revelando suas leituras de textos que se tornaram referência para os antissemitas brasileiros, como *O judeu internacional*, de Henry Ford (traduzido para o português em 1933, um ano antes da publicação de *Preparação ao nacionalismo*) e o libelo apócrifo *Protocolos dos Sábios de Sião*.

Na interpretação de Afonso Arinos, os judeus foram os iniciadores da ideia democrática moderna, pois a democracia se identificaria com o Estado laico, policiado e igualitário, sendo o regime mais conveniente “para que eles possam desenvolver amplamente as qualidades nativas”, quais sejam, “o judeu pode multiplicar a vontade a sua atividade fabril de apreensão e acumulação, pode dar asas ao seu plástico engenho de se apoderar dos bens materiais, pelo qual seu coração se inflama de comovente ternura”¹¹. Reforçando o estereótipo da identificação do judeu com o capital comercial, essencialmente móvel, Afonso Arinos incluiu no seu repúdio ao judaísmo a rejeição a qualquer filosofia liberal. Por isso, dedicou um capítulo de seu livro a estudar “o internacionalismo judeu na Revolução Francesa”, procurando nos perfis dos filósofos iluministas e dos líderes revolucionários comprovações de sua origem judaica:

Que Jean-Jacques [Rousseau] era de origem hebraica, não parece haver dúvidas. A sua alma atormentada, messiânica, a sua vida errante, a sua dupla nacionalidade não enganam [...] Filho de um Isaac e de uma Suzana, neto de um David, bisneto de um Samuel, Jean-Jacques não engana. Corre-lhe, nas veias inquietas, o sangue incendiado e tumultuoso que tanto sangue tem feito

⁹ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 29-33.

¹⁰ Ver, por exemplo: MACIEL, Anor Butler. *Nacionalismo: o problema judaico no mundo e no Brasil – o Nacional-Socialismo*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.

¹¹ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 53.

*derramar à humanidade.*¹²

O autor repete duas vezes o verbo “enganar”, como se a falta de indícios para comprovar a sua tese – baseada exclusivamente no esboço da árvore genealógica de Rousseau, sem qualquer outra informação além dos nomes de seus ascendentes – fizesse parte de uma trama do filósofo para esconder suas origens. Numa nota no final do livro ele acrescenta: “o próprio nome ‘Jacques’ equivale a ‘Jacob’, e é ‘Jacob’ que está escrito no ataúde do grande pensador, exumado em fins do século passado para verificações históricas; ‘Johnis-Jacobi-Rousseau’, eis o que se lê, gravado no caixão”¹³.

Numa carta enviada a Afonso Arinos em 22 de fevereiro de 1934, apenas dois dias depois do término da impressão de *Preparação ao nacionalismo*, Ribeiro Couto, que trabalhava na editora Civilização Brasileira, se divertiu com as tendências antisemitas do amigo:

*Tenho aconselhado diversas pessoas a escreverem contra v. Estou cavando um artigo violento de um rapaz judeu. Já fiz toda a intriga. V. vai ser o mais notável dos Melo Franco da hora. Rogo que subsista na glória e escreva outros livros tão faltos de solidariedade com a nossa raça (judaica) quanto esse.*¹⁴

A obsessão do jovem intelectual pelos nomes de origem judaica também foi motivo de chacota. Em outras cartas daquele mesmo ano, Ribeiro Couto debocha da preocupação de Afonso Arinos com os nomes judeus se referindo ao amigo como “Issac de Melo Franco Goldsmith” e a si mesmo como “Jacó Rui Ribeiro Rosenberg”.

Robespierre, Marat e Danton são considerados por Afonso Arinos o “triumvirato célebre da democracia” e, naturalmente, ele se esforçou para comprovar a influência do judaísmo sobre a formação deles. Marat foi visto como judeu, pois “leva a vida errante e peregrina, peculiar à sua raça”, já que abandonou o seu país natal “impelido pela instabilidade da raça”. Era, segundo Afonso Arinos, “charlatão, vendia panaceias infalíveis, sábio, filósofo, veterinário, pregador político: judeu, enfim”¹⁵. Em relação à Robespierre, depois de hesitar um pouco para lhe atribuir aquele caráter que ele acreditava ser típico dos judeus, pois o líder revolucionário era filho de um inglês que vivia na Alemanha, finalmente se rende, afirmando que “estas migrações e estes caldeamentos, dentro da Europa daquele tempo, já dão suficientemente o que pensar...”¹⁶. A atuação de Danton no desenvolvimento doutrinário da revolução teria sido, segundo Afonso Arinos, menor do que a dos citados anteriormente. Como explicação para o seu papel secundário na construção da ideologia revolucionária, o autor surpreendentemente afirma que “o sangue

¹² FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 57-59.

¹³ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 202.

¹⁴ Carta de Ribeiro Couto à Afonso Arinos. In: AFONSO ARINOS, filho. *Ribeiro Couto e Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999, p. 82.

¹⁵ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 62.

¹⁶ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 63.

judeu lhe tinha sido trazido, pois, pela mãe, ou pela avó paterna”¹⁷. Como uma mulher que, na suposição do autor, não possui ideias próprias e precisaria ser guiada por uma figura masculina, Danton teria agido por uma ideologia definida pelos outros, sobretudo por Robespierre.

Se esses estereótipos comprometem o valor intelectual e a qualidade das informações históricas do texto de Afonso Arinos – cuja superficialidade foi admitida anos mais tarde pelo próprio autor em suas memórias – eles também revelam os aspectos fundamentais do pensamento da época a respeito dos judeus. O antissemitismo das décadas de 1930 e 1940 esteve profundamente identificado com o anticomunismo e Afonso Arinos construiu uma relação necessária entre judaísmo e comunismo através do termo internacionalismo. Era para este ponto, afinal, que toda exposição de *Preparação ao nacionalismo* convergia, pois sua obra, cujo subtítulo é “Carta aos que tem vinte anos”, carregava o objetivo explícito de aliciar (ou “preparar”) os jovens entusiastas do comunismo para a “revolução nacional-socialista brasileira”:

*A adaptação de uma revolução fascista ou nacional-socialista, seria, no fundo, a construção de uma revolução brasileira [...]. Os moços de 1930 não puderam fazer a revolução brasileira, porque estavam soldados aos velhos políticos tímidos. E vocês, rapazes, os moços de amanhã, ou de depois, também não se mostram dispostos a encontrar, a criar a solução brasileira para o caso brasileiro. Então, por causa disso, para escapar a esta necessidade árdua da criação, que representaria uma revolução nacionalista no Brasil, a exemplo da alemã ou da italiana, vocês procuram abrigo nas soluções antecipadas, nas receitas infalíveis e já prontas, da revolução internacionalista [...]. O internacionalismo marxista é aparentemente o caminho da facilidade.*¹⁸

Mas o que significaria uma revolução nacional-socialista no Brasil na concepção de Afonso Arinos? É certo que o autor admirava os líderes que souberam traduzir o “espírito nacional” de seus países em ações. Bonaparte, Hitler, Mussolini e Stálin teriam cumprido, na sua visão, papéis históricos de defesa do nacionalismo na reação contra as ideias internacionalistas de Rousseau, Marx e Trotsky. A este propósito, chama a atenção a sua interpretação do processo histórico alemão. Leitor atento de *Mein Kampf*, a autobiografia de Adolf Hitler lançada dois anos antes e citada em *Preparação ao nacionalismo*, ele acabou construindo uma visão da história alemã que estava claramente marcada pela interpretação oferecida pelo próprio Hitler. Para ambos, o nazismo era uma manifestação autêntica da psicologia política do povo alemão, era a realização da sua cultura. A República de Weimar era um “regime alienígena”, conduzido por uma “raça estranha” e colidia com as tradições alemãs, com os seus gostos e a sua verdade histórica. Baseando-

¹⁷ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 69.

¹⁸ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 22-23.

se no *Mein Kampf*, Afonso Arinos afirmou que esta não era apenas a compreensão apaixonada de Hitler, mas a “interpretação autêntica” do processo¹⁹.

O autor considerava que a explosão antissemita do nacionalismo alemão tinha uma razão de existir. Ao contrário das mais importantes frentes antissemitas presentes no Brasil durante os anos 1930 – os católicos e os integralistas –, que condenaram as ações de Hitler na Alemanha e manifestaram uma espécie de antissemitismo antirracista (que defendia um tratamento humanitário aos judeus, apesar de rejeitá-los), ele mostrou nesta obra sua face mais intolerante. Sua interpretação da perseguição dos nazistas aos judeus foi feita com tanta naturalidade que poderia mesmo endossar a tragédia promovida poucos anos depois, o holocausto:

Trata-se da luta de morte entre duas tendências que são manifestações necessárias de duas raças distintas, de duas almas diferentes: o internacionalismo judeu e o nacionalismo germânico. Não se pode culpar nem um nem outro dos excessos a que foram levados ambos na realização do que lhes parecia ser o caminho da verdadeira política, e que mais não era, entretanto, do que a forma mais eficiente de defenderem os seus próprios interesses [...]. Assim o semitismo, lançando mão dos seus processos atávicos e habituais, lutou pela defesa dos seus interesses, contrariando o germanismo, cujos propósitos eram necessariamente opostos. Até que este, usando, igualmente, dos seus processos habituais e atávicos, conseguiu se impor, fazer-se senhor do terreno, e procura, agora, exterminar o inimigo.²⁰

Uma revolução nacional-socialista à brasileira

Uma revolução nacional-socialista no Brasil, portanto, deveria resgatar nossas tradições esquecidas. Mas a qual tradição Afonso Arinos se referia?

Em *Introdução à realidade brasileira* o autor já havia se mostrado um crítico ferrenho da elite intelectual brasileira daquele momento, pois ela não estaria conseguindo preservar a “tradição brasileira”. Por um lado, Afonso Arinos ficou escandalizado com os artistas do movimento modernista da década anterior que, jovens como ele, ousaram romper uma a tradição acadêmica (e elitista) cultivada desde o Império. Acusou-os de “iconoclastas de pouco discernimento”, responsáveis pela destruição do “pouco que a inteligência brasileira tinha de bom”, que eram os ídolos acadêmicos. Decorridos mais de dez anos do movimento, ele constatou que a desconfiança nos prestígios e valores do passado foi sua consequência mais desastrosa.

De outro lado, Afonso Arinos lamentava a posição secundária que os intelectuais tinham no exercício do poder republicano, no qual teriam sido desprestigiados e substituídos por representantes de tendências populares não intelectualizadas. A

¹⁹ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 82.

²⁰ FRANCO, *Preparação ao nacionalismo...*, p. 77-78.

elite política ilustrada não teria conseguido se sobrepor às outras e, então, “as classes dirigentes da República pouco a pouco foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império”.²¹ Para o autor, portanto, os valores imperiais seriam os “verdadeiros valores históricos da nação”, responsáveis pela constituição da nossa tradição. Fazia-se urgente atualizá-los em seu presente através de mudanças profundas no seio da República brasileira. Na sua interpretação, a República teria subvertido a “linha tradicional da civilização brasileira”²². Segundo ele, os primeiros republicanos, afortunadamente, “vinham do Império e conservavam os hábitos do regime parlamentar, dentro do qual se tinham formado”²³, mas após 1930, as instituições republicanas começaram a funcionar sobre a pressão direta das massas, cujas necessidades, na sua avaliação, elas procuravam fazer ouvir pela voz da força, gerando o clima tumultuoso no qual o seu presente se encontrava.

Do alto da sua vaidade linhagista, o jovem Afonso Arinos considerava-se portador daquela herança imperial, saudosos de uma tradição onde o jogo político se desenrolava com mais “serenidade”. Ele era herdeiro, como boa parte da sua geração, de uma elite intelectual e política surgida no período imediatamente posterior a 1822: uma aristocracia rural aculturada pelos estudos e viagens que fazia à Europa, ideologicamente coesa e razoavelmente homogênea. Mas embora Afonso Arinos valorizasse a sua genealogia e se preocupasse com suas “raízes nobiliárquicas”, também se esforçava para realçar a sua face progressista, pois procurava se afirmar como intelectual fornecendo elementos exemplares para a modernização da elite política de sua época. Ele se posicionou nesse lugar de articulação das necessidades divergentes: carregava as ideias e os valores tradicionais da aristocracia rural que até então detinha o poder, mas quis oferecer aos seus representantes outra identidade social para que continuassem ativos em seu tempo.

Os valores imperiais foram tomados por ele como um modelo regulatório e percebidos de forma idealizada: na sua visão, os políticos do século XIX tiveram a capacidade de se colocar acima das paixões imediatistas e demonstraram um espírito público e um desprendimento que garantia o respeito aos valores humanos. Para Afonso Arinos, a ordem social oligárquica e do Império teria legado à vida pública brasileira um equilíbrio e um refinamento que, por estarem na origem da nossa formação, constituiriam a nossa tradição. Esta conjuntura política e social firmada pelas aristocracias rurais após a Independência e nostalgicamente defendida pelo autor nos anos 1930, foi chamada por Lattman-Weltman de “antigo regime brasileiro”²⁴. Esta aristocracia brasileira imprimiu um estilo de vida e de administração pública que não se dissolveu com a proclamação da República, mas que se viu ameaçada com as transformações políticas da década de 1930.

Na avaliação que Afonso Arinos fez de seu próprio presente em 1936,

²¹ FRANCO, *Introdução à realidade brasileira...*, p. 45.

²² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 192.

²³ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 223.

²⁴ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ele afirmou que a República brasileira sofria de um desordenamento político decorrente da pressão da vontade popular e da disponibilização do acesso a cargos públicos a indivíduos mestiços. Segundo ele, “na República, por mais falsificada que seja a nossa democracia, a verdade é que a vontade popular influi muito mais poderosamente na direção dos governos” e a “concentração dos poderes nas mãos do executivo, aliado à circunstância de terem sido numerosas vezes mestiços de raça os chefes do Executivo brasileiro” teriam contribuído fortemente para a sua degeneração.²⁵

Mesmo superado historicamente, Afonso Arinos considerava que aquele “antigo regime brasileiro”, sustentado pelo parlamentarismo imperial, poderia fecundar o presente, pois teria conseguido conter a influência popular nos rumos do governo da nação durante o século XIX e início do século XX:

*O Parlamento Imperial funcionava, não como a expressão do verdadeiro sentimento, e das verdadeiras tendências do povo brasileiro mas, ao contrário, como a negação desses sentimentos e tendências. Funcionava como o sistema jurídico e político que os grandes homens da época da Independência e início do Império, formados todos ao influxo das ideias europeias (e, na sua maior parte, tendo estudado na Europa), foram pouco a pouco descobrindo, criando e erigindo em represa de contenção, com o apoio das elites mentais, para sustar o instinto primitivo e para suceder, nos novos tempos, à ação que os jesuítas exerceram nos antigos. Funcionava como o conceito de Estado legal, fundado na razão política, e oposto às tendências espontâneas da massa, fundadas no terror.*²⁶

O lugar social de onde o autor se posicionava e observava o Brasil parecia estar marcado pelo medo da presença do mestiço²⁷. Para efetivar as transformações que Afonso Arinos considerava urgentes naquele momento, seria preciso passar em revista a nossa história, pois, na sua visão, se o Brasil ainda não compartilhava a gravidade da questão judaica com os países europeus, não poderia negar a questão mestiça em que estava envolvido. Nós também possuíamos uma “raça alienígena” que cada vez mais ocupava os espaços sociais e colidia com a “tradição aristocrática” que ele queria preservar.

Raça e cultura em questão

Mas para não reduzirmos o pensamento de Afonso Arinos a mero reflexo da sua condição social, propomos uma leitura aberta às suas múltiplas contradições. Por um lado, ele era herdeiro de uma tradição intelectual que produziu conhecimento

²⁵ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 200.

²⁶ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 218-219.

²⁷ REIS, José Carlos. “Civilização brasileira e pessimismo ultraconservador (cínico): Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do ‘monstro da lagoa brasileira’”. In: _____. *As identidades do Brasil – Vol. 2 – de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil, direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

sobre o popular a partir de um impulso que, ao mesmo tempo, revelava e oprimia as manifestações populares²⁸. Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, no Brasil, ou Fernando Ortiz, em Cuba, e Carlos Octavio Bunge, na Argentina, entre outros, converteram a cultura do outro em um objeto legítimo de conhecimento e, também, projetaram um imenso preconceito em relação à alteridade, autenticando as ações repressivas contra o popular. É nessa convergência ambígua entre saber e poder que podemos compreender como as representações do medo da elite “branca” diante da emergência do mestiço se equilibravam com a legitimação social da sua autoridade para avaliar objetivamente o suposto perigo.

Por outro lado, em *Conceito de civilização brasileira*, publicado em 1936, Afonso Arinos incorporou o conceito de “cultura” para tratar da formação da identidade brasileira e reconheceu os antagonismos culturais, sociais e econômicos que marcaram a nossa formação. É neste ensaio que os reflexos de sua leitura de *Casa-grande & senzala* podem ser percebidos, revelando que ele não só conhecia, mas tentava dialogar com o modelo interpretativo consagrado por Gilberto Freyre. A consideração dessas contradições torna mais complexa a nossa interpretação das ideias de Afonso Arinos na década de 1930. Uma leitura superficial da sua obra poderia apenas perceber a atualização dos lugares comuns do racismo hegemônico do século XIX, sem atentar para o seu esforço de participar da virada conceitual que era promovida por seu campo intelectual. Essas contradições também nos permitem refletir sobre as tensões teóricas entre mestiçagem e essencialismo cultural, entre etnocentrismo e relativismo, e entre racismo e culturalismo, que marcaram o ensaísmo brasileiro e latino-americano naquele momento.

Afonso Arinos estava atento ao fenômeno intelectual de valorização da mestiçagem e de distanciamento das tradições eurocêntricas. Segundo o autor, “a nossa geração foi a primeira a compreender a importância sociológica do estudo das influências afro-índias na nossa formação, e da colaboração dessas influências com a colonização branca”²⁹. Em 1934, ele já havia publicado uma crítica do livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, lançado no ano anterior, enaltecendo seu caráter rabelaisiano³⁰. Inspirado por este novo ambiente intelectual propôs a si mesmo tomar a cultura afro-indígena como objeto de conhecimento científico, pretendendo denunciar e superar as tendências dogmáticas ou românticas que impediam a análise objetiva do Brasil. Sua intenção era construir uma argumentação histórica e sociológica “desapaixonada” e romper com os determinismos que caracterizavam a produção intelectual brasileira sobre o tema até então.

Embora a passagem do conceito de “raça” ao de “cultura” tenha se dado

²⁸ CERTEAU, Michel de. “A beleza do morto”. In: _____. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

²⁹ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 99.

³⁰ “Não é senão rabelaisiana aquela prodigiosa exposição de frade caprinos, de mulatas e índias que se deitam docilmente, de receitas de doces, de vestuários (até os íntimos), de lutas, de doenças (venéreas e outras), de plantas de casas, castelos, engenhos, pomares de atos de sodomia e bestialidade de rebanhos, amores e danças. Tudo bem agitado, misturado, conserva-se em lugar fresco e tome-se quando convier”. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Uma obra rabelaisiana”. In: FONSECA, Edson Nery (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

permeado por diversas contradições e ambiguidades³¹, essa tentativa de mudança do paradigma intelectual permitiu um maior distanciamento entre o biológico e o social, impulsionou uma crítica relativista e de valorização da mestiçagem, o que resultou em um esforço para tratar diferentemente as culturas populares pelas ciências sociais, promovendo uma análise mais rica da sociedade brasileira. A consciência das influências culturais afro-indígenas na formação da nacionalidade não era mais disfarçada ou prova incontestada de inferioridade. Essa especificidade foi sendo cada vez mais reconhecida e valorizada, bem como o mundo popular que se revelava.

Não por acaso, na obra *Conceito de civilização brasileira* aparece mais intensamente a interlocução do autor com as obras do historicismo filosófico alemão e o embate entre os conceitos de “civilização” e “cultura”. Para a proposta de estudar a originalidade da cultura brasileira e a sua identidade exótica, seu conhecimento dos clássicos do pensamento iluminista francês pouco ou nada contribuía. Afonso Arinos se lançou, então, à leitura de Oswald Spengler e, especialmente, Alfred Weber para, assim, construir um ponto de vista teórico sobre o conceito de cultura, decidido a dar a ele uma posição central na sua interpretação. A referência ao historicismo antropológico de L. A. Kroeber, discípulo de Franz Boas, também chama a atenção. Embora a raça interferisse diretamente na conformação da sua definição, tornando seu pensamento ainda contíguo aos determinismos raciais do século XIX, o esforço de Afonso Arinos para superar a interpretação esquemática que o racionalismo iluminista teve no Brasil, incorporando outras tradições, deve ser considerado.

Nesta obra, Afonso Arinos definiu o Brasil como uma “fatalidade curiosa e aberrante de contrastes”, um “cadinho de fusões contraditórias”, formado por oposições físicas, sociais e culturais extremas que comporiam uma nação ao mesmo tempo rica e miserável, forte e vulnerável, culta e iletrada, complexa e rudimentar. Diante dessa realidade histórica paradoxal, classificada por ele como um “enigma fascinante e inquietador”, o autor propôs a construção de um conceito de “civilização brasileira” capaz de definir os elementos ideais e materiais que teriam integrado historicamente a nação. E, para conceber essa civilização propriamente brasileira, ressaltou que seria necessário “observar as culturas que determinaram e estão determinando o processo de formação desta mesma civilização”, examinando o “triângulo brasileiro, isto é, seus três lados indo-africano-europeu”³².

Afonso Arinos, portanto, quis marcar o aspecto sincrético da formação social brasileira, rompendo com a interpretação de uma pura europeização. Ele compartilhava com Gilberto Freyre a noção de mestiçagem como “um processo no qual as propriedades singulares de cada um desses povos não se dissolveriam para dar lugar a uma nova figura, dotada de perfil próprio, síntese das diversas características que teriam se fundido na sua composição”³³. Os dois autores ainda compartilhavam com a tradição discursiva anterior a confiança positivista para

³¹ LIMA, Luiz Costa. *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

³² FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 72.

³³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz*: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994, p. 41.

diferenciar os elementos puros da mestiçagem, revelando suas ilusões românticas de encontrar as características culturais estáveis. Mas enquanto a interpretação freyreana buscava amortecer o choque entre esses antagonismos, ressaltando o caráter equilibrado das oposições e até harmonizando-as numa confraternização, Afonso Arinos quis mostrar que os elementos culturais que participaram da formação da nação brasileira só puderam ser atados por uma força exterior à dinâmica da mestiçagem cultural, acionada diferentemente em cada etapa histórica da nossa constituição.

Embora tenha privilegiado a cultura como categoria de análise, Afonso Arinos não conseguiu anular a influência da raça na sua interpretação. Suas afirmações, argumentos e conclusões carregam um lastro biológico intransponível, que o contradita. Nem o próprio Gilberto Freyre conseguiu escapar dessa armadilha³⁴. Mas enquanto em *Casa-grande & senzala* a questão da raça não alcançou uma dimensão que conseguisse anular sua vocação cultural, pois estava submetida à interação que os indivíduos estabelecem com o meio físico e, portanto, poderia ser vista como um efeito da cultura,³⁵ em *Conceito de civilização brasileira* a noção de raça foi trabalhada como um dos fatores de diferenciação das culturas, não superando seu caráter eminentemente biológico:

*A cultura começa por ser uma sorte de consciência coletiva da vida, nascida e formada gradativamente para um grupo de homens, sob a influências de certas causas peculiares, nas quais se juntam, sempre, três elementos básicos, a saber: a raça, o espaço e o tempo”.*³⁶

Afonso Arinos pretendeu separar a “civilização” branca dos “resíduos culturais” afro-indígenas que se juntaram a ela, com o objetivo de identificar as características étnicas do povo brasileiro e remetê-las às suas supostas influências originárias:

*É indispensável, para nós, se quisermos fazer uma ideia nítida da atual civilização brasileira, o conhecimento dos ‘resíduos’ dessas influências [...]. Isto é, devemos identificar, dentro do complexo brasileiro, qual parte de responsabilidade que incumbe a cada um dos dois agentes étnicos cooperadores (o índio e o negro), na modificação do panorama da civilização branca.*³⁷

Se Afonso Arinos compartilhava com os intelectuais da sua geração a consciência da influência das culturas afro-indígenas na formação da identidade brasileira, não conseguia superar a interpretação de que essa presença rebaixava o valor da nação e era prova da sua inferioridade. Ele tomou as culturas de índios e negros como objeto de conhecimento para listar a influência negativa que elas teriam imprimido ao organismo político e social brasileiro e buscou nos estudos de Gilberto Freyre sobre o caiporismo indígena, e de Arthur Ramos sobre as religiões e cultos afro-

³⁴ LIMA, *Aguarrás do tempo*.

³⁵ ARAÚJO, *Guerra e paz...*

³⁶ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 25 (grifo meu).

³⁷ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 131.

brasileiros, a base para a sua interpretação de que índios e negros, conjuntamente, teriam marcado a identidade brasileira com a crença da salvação pelo acaso e o apreço pelo jogo. O resultado disso não teria sido só o enfraquecimento da economia privada do brasileiro, mas também a crença no milagre, no golpe de azar para resolver as questões políticas da nação, pois “o povo espera sempre de habilidades secretas, de passes invisíveis, de poderes obscuros, a solução que a impaciência e a imprevisão da raça não querem encontrar na lentidão dos planos organizados”³⁸. As superstições populares seriam vestígios de irracionalismos que atrasariam o desenvolvimento político e social.

Na sua interpretação, “a nossa imprevisão, a nossa falta de poupança, a nossa desatenção pueril para com o futuro, nos foram incutidos no sangue e na alma pelos nossos antepassados tupis-guaranis”³⁹ e que “se acompanharmos a formação racial da população brasileira, veremos que o sentimento da propriedade da terra avulta ou diminui nas zonas em que, respectivamente, cresce ou minguava a percentagem de sangue índio”⁴⁰. A mentalidade antieconômica do povo brasileiro, além de estimulada pelo jogo, teria sido também incentivada pelo amor à ostentação. A mania de roupas de sedas, com cores vivas, cheiros fortes, pinturas, brilhantinas, que caracterizaria o brasileiro popular, especialmente o mulato e o caboclo, seria o resultado do “espírito primário” dos seus antepassados ameríndios e africanos. Afonso Arinos diferenciou a sensibilidade dos mestiços em relação aos brancos como comumente se diferencia os sentidos dos animais em relação aos humanos:

*Se o homem primitivo vê, ouve, sente pelo tato ou pelo olfato, melhor do que o homem de civilização superior, em compensação somente a cor violenta lhe chama a atenção do olhar, e o perfume intenso lhe dá prazer olfativo. É que os sentidos, mais penetrantes nele, estão ao serviço de uma sensibilidade rombuda.*⁴¹

Esse atributo racial dos mestiços reforçaria a falta de espírito econômico do brasileiro e se refletiria nos gastos suntuosos e desnecessários do Estado. Além disso, para Afonso Arinos, o mestiço não teria a ordem e a disciplina necessária à consolidação de uma unidade social e política, pois “a legalidade indo-africana se apoiava na força. O poder era, assim, respeitado porque temido”⁴². Essa suposta aversão de índios e negros às normas jurídicas resultaria na utilização da força em lugar da razão, comprometendo a estabilidade da nação.

Portanto, ao contrário do ensaio de Gilberto Freyre, o texto de Afonso Arinos não pretendeu ser o espaço de sutura de uma “síntese conciliadora” dessas diferenças, não objetivou amalgamar as oposições para consolidar a identidade nacional, pois na sua visão a integração elite/povo seria inviável. Ele procurou realçar o contraste, manter as oposições, demonstrando que as contradições eram insuperáveis e que elas tornavam o organismo nacional doente. Por isso, sua

³⁸ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 171.

³⁹ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 142.

⁴⁰ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 144.

⁴¹ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 172.

⁴² FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 209.

intenção foi decantar a mistura e mostrar que ela só acontecia por um amálgama artificial, que na República estava se perdendo, o que explicaria a instabilidade social e política daquele momento. Esse amálgama teria se dado na colônia pela cristianização, e no período imperial através da especificidade no nosso regime parlamentar. Os missionários teriam sido os responsáveis pela tentativa de conter os “impulsos primários” da cultura afro-indígena e de aproveitar esta força em direção condizente com a unidade nacional. Já o parlamentarismo imperial garantiu os cargos públicos a uma elite branca que teria zelado pela estabilidade social e política da nação. O regime republicano, entretanto, não teria criado um aparelho de contenção satisfatório para frear a força desagregadora da cultura afro-indígena, já que os próprios mestiços ascenderam aos cargos públicos.

O que esse diagnóstico revela não é apenas o profundo desprezo que Afonso Arinos nutria pelas massas populares mestiças da década de 1930, mas a ausência, que poderia ser percebida desde o começo da nossa história, de uma coesão social que garantisse a unidade da nação. Em Afonso Arinos, assim como em outros ensaístas brasileiros e latino-americanos do período, a colônia estabeleceu as relações sociais e culturais que fundaram a nossa identidade nacional. Entretanto, se autores como Gilberto Freyre e Fernando Ortiz, por exemplo, exaltaram a continuidade e a integração positiva da mestiçagem entre as sociedades ibérica e americana (ainda que sob pontos de vista diversos), Afonso Arinos ressaltou a difícil integração das três culturas que formaram a civilização brasileira, desde o seu encontro inicial. Seu discurso não deixou aberta nenhuma possibilidade de incorporação da massa popular excluída; ele recusou completamente a presença da alteridade para além do seu texto.

Ainda na década de 1930, o crítico paulista V. de Miranda Reis acusou Afonso Arinos de fazer de índios e negros bodes expiatórios dos males do Brasil: “porque se há de explicar por esse pseudoresíduo uma situação que não é, afinal de contas, exclusiva do Brasil, senão também e, sobretudo, europeia? Porque hão de ser o negro e o índio, até nisto, os nossos bodes emissários?”⁴³. Seu conceito de civilização brasileira foi considerado por V. de Miranda Reis falso e a sua teoria dos resíduos afro-indígenas foi tomada como uma “especulação literária”. Afonso Arinos chegou a ser considerado um perigo para a cultura brasileira, pois suas ideias poderiam endossar o extermínio cultural de índios e negros⁴⁴. Seus ensaios se basearam em um conjunto de teorias herdadas do século XIX e que já estavam perdendo credibilidade científica nos anos 30.

Considerando o dinamismo que a identidade nacional adquiriu neste momento, quando abriu mão de um patrimônio identitário intocável para fazer revelar a alteridade, este ensaio de Afonso Arinos se distancia de outras obras da sua geração que se propuseram a fazer um balanço da cultura nacional. Se ele deu atenção à singular articulação de tradições verificadas no Brasil, reconhecendo o caráter específico da civilização que se construiu aí, foi para medir o seu posicionamento em relação à marcha do progresso ocidental. A sua interpretação não conseguiu

⁴³ REIS, V. de Miranda. “Bodes expiatórios”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 4, jan. 1937, p. 104.

⁴⁴ LEITE, Dante Moreira. “As raças e os mitos”. In: _____. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1983.

romper com o modelo que previa a redenção do país através da extinção da sua questão racial. O autor sublinhou a marca afro-indígena na identidade brasileira para mostrar os problemas sociais e políticos supostamente advindos da sua influência e para justificar o apelo à ação coercitiva do Estado para exorcizá-los.

Afonso Arinos considerava que o desafio dos intelectuais da sua geração não era apenas incorporar o índio e o negro na conformação de uma identidade nacional abstrata, mas indicar a direção dessa integração. Por isso, em sua crítica à *Casa-grande & senzala*, ele lamentou que Gilberto Freyre não tivesse tirado uma conclusão política de seu estudo sobre a influência de cada grupo étnico na formação do Brasil, afirmando que o leitor, sem uma orientação pragmática, ficava como o paciente que não sentia nenhuma melhora com a simples indicação dos nomes das suas doenças. O que Afonso Arinos não percebeu foi que *Casa-grande & senzala* apresentava em si mesmo uma orientação: a aceitação incondicional da brasilidade. Não era necessário um receituário para o organismo nacional, pois na visão freyreana, ele não estava doente.

Considerações Finais

Em suas publicações da década de 1930, Afonso Arinos estava impregnado pelo determinismo racial herdado do século XIX, mas participava de um contexto intelectual em que estavam ocorrendo transformações epistemológicas significativas no campo da história, da antropologia e da etnologia. A década de 1930 foi um momento de redefinição da identidade nacional através da concepção sociocultural na interpretação do Brasil. Mas ao mesmo tempo em que o autor aceitou a alteridade cultural em um objeto legítimo de conhecimento, propôs uma repressão a essa cultura, confiando, ainda, na sua aculturação pela elite “branca”. Ele reafirmou os atributos raciais que definiriam negativamente a psicologia popular, identificando as características culturais afro-indígenas que teriam sido responsáveis pelo atraso do nosso desenvolvimento, avaliando preconceituosamente as práticas populares como primitivas, irracionais e carentes de complexidade.

Afonso Arinos defendeu a construção de um Estado monoétnico, que apagasse as marcas culturais diferenciadas. Sua proposta de “modernização” do Brasil foi, na verdade, extremamente reacionária. Dante Moreira Leite chegou a considerá-la uma “pregação fascista”⁴⁵, pois caberia ao Estado iniciar o processo de contenção das manifestações afro-indígenas através da força:

*Não possuindo mais um aparelho de contenção, político ou jurídico, capaz de sustar o impulso dos resíduos culturais afro-índios, orientados no sentido da legalidade baseada no terror, só resta à República o recurso de a eles se opor pela força, isto é, pela supressão de qualquer aparelho permanente do Estado.*⁴⁶

Em seus primeiros ensaios, portanto, Afonso Arinos esteve longe de ser o liberal democrata e humanista como, posteriormente, ficou conhecido. Mas sua face autoritária, antissemita, antiliberal e antidemocrática esteve estrategicamente

⁴⁵ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1983.

⁴⁶ FRANCO, *Conceito de civilização brasileira...*, p. 235.

escondida na construção da sua imagem pública, relegada aos desvarios da juventude. Em meados da década de 1940, quando tem início sua carreira política, a tendência do seu presente era de ruptura em relação ao passado autoritário dos anos anteriores, era de redemocratização. Com sua visão autoritária e racista, inspirado pelo pensamento fascista derrotado após a Segunda Guerra Mundial, Afonso Arinos corria o risco de se isolar. Em 1951, como deputado federal, ele elaborou o projeto de lei que transformou em contravenção penal a prática resultante dos preconceitos de raça e de cor, chamada Lei Afonso Arinos. Com uma solução racional e moderna para lidar com os resquícios do passado, o autor parece ter sepultado formalmente o seu próprio preconceito em relação à cultura brasileira.



RESUMO

Propomos uma análise da tríade de interpretação histórica publicada por Afonso Arinos na década de 1930 – *Introdução à realidade brasileira* (1933), *Preparação ao nacionalismo* (1934) e *Conceito de civilização brasileira* (1936) –, tendo em vista a sua interpretação da cultura popular e da constituição da nacionalidade brasileira. Estas obras tornam mais complexas as interpretações de seu pensamento histórico e de seu discurso democrático e liberal, revelando suas ambiguidades, bem como expressam a face reacionária, autoritária, antissemita e racista pouco conhecida deste autor.

Palavras Chave: Historiografia Brasileira; Anos 1930; Intelectuais.

ABSTRACT

We propose an analysis of the triad of historical interpretation published by Arinos in the 1930's – *Introdução à realidade brasileira* (1933), *Preparação ao nacionalismo* (1934) and *Conceito de civilização brasileira* (1936) - in view of its interpretation of popular culture and the constitution of Brazilian nationality. These works become more complex interpretations of their historical thinking and his speech and liberal democracy, revealing its ambiguities as well as its unknown feature reactionary, authoritarian, anti-Semitic and racist.

Keywords: Brazilian Historiography; 1930's; Intellectuals.

Artigo recebido em 31 jan. 2013.

Aprovado em 04 nov. 2013.